

Inteligência artificial nas eleições 2026: entre a regra e a realidade



» ANNE CABRAL
Advogada eleitoralista,
vice-presidente da Abradep
(Academia Brasileira de
Direito Eleitoral e Político)

No domingo, 158.745.463 de brasileiras e brasileiros estavam aptos a ir às urnas para escolher presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais ou distritais. É uma eleição histórica também pelo ambiente tecnológico em que a disputa se desenvolveu. Agora, temos a internet como principal arena de disputa, bem como os eleitores com participação ativa na disputa das narrativas e, por que não dizer, do voto.

Pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou a regra rígida de proibir o uso da inteligência artificial no período compreendido entre as 72 horas antes do pleito e 24 horas após o término. O TSE, de maneira acertada, também trouxe mais obrigações e solidariedade na responsabilidade das plataformas.

Os candidatos e as candidatas no exercício da propaganda eleitoral, ao utilizarem inteligência artificial, estavam obrigados a informar na peça propagandística o uso de IA — inclusive nas peças de áudio exclusivamente, que a obrigação vinha no início da peça. Essa explicação ao potencial eleitor não foi aplicável para aqueles recursos de marketing costumeiramente usados em campanhas, os destinados a melhorar a qualidade de imagem e som, nem os necessários à produção de vinhetas,

jingles e logomarca. Em outras palavras, o uso de IA generativa deveria constar da descrição da peça propagandística, e isso está diretamente relacionado com o direito constitucional à informação que todos nós cidadãos temos direito.

Em tempos que qualquer um pode dizer assim — “Chat, como eu seria nos anos 80?” — e vir uma imagem à luz e semelhança, também se pode dizer “Chat, coloque nessa imagem o candidato Lula da Silva correndo ao meu lado”. Pronto, esse tipo de uso de IA, quando feito por candidatos e candidatas, deveria ter sido informado. E, pelo visto, essa normativa foi até bem cumprida. A questão sensível aí, a meu sentir, é quando o eleitor faz esse uso de inteligência artificial para legitimamente manifestar sua opinião.

Para não dizer que eu não falei das flores, a deepfake já era instituto vedado desde o ciclo eleitoral passado. De acordo com projeto de monitoramento da Agência Lupa denominado VigIA, entre 16 de agosto e 28 de setembro, foram identificadas 920 publicações com uso confirmado de IA, média de 20 casos por dia — quase um por hora. Desse total, 554, cerca de 60%, eram deepfakes. E há um dado ainda mais revelador: 549 conteúdos, aproximadamente 60%, circularam sem qualquer indicação de que haviam sido produzidos ou modificados com IA. Apenas 371 apresentavam algum tipo de sinalização.

Importa destacar que nem todo uso de IA generativa é considerado deepfake, pois na deepfake é fundamental ter uma aparência de real. A deepfake ser instituto vedado é um grande acerto da legislação eleitoral, pois, nós cidadãos temos o direito constitucional à informação. Todavia, a questão que chama à reflexão é se esse é o centro do debate, não me parece.

O busilis é a impossibilidade de se ter um overview real e controle da comunicação digital — portanto, do cumprimento das regras do jogo quando a disputa das narrativas que conduzem ao voto não estão mais concentradas a partir dos candidatos. Na ferramenta de busca de jurisprudência do TSE, ao se colocar a sigla IA, apenas aparecem 133 decisões judiciais. Esse, a meu sentir, é um indicador de que o uso correto de IA não é o que tem ocupado a Justiça Eleitoral na sua função judicante.

A IA, portanto, pode ser vilã ou aliada da democracia, tudo depende do uso que se dá. A inteligência artificial direcionada para uma intenção de desinformação pode ter consequências desastrosas para o equilíbrio da igualdade de oportunidades nas eleições, por outro lado a IA para ilustrar o humor, na era da comunicação digital via memética, em regra, não atrai prejuízo ao pleito eleitoral.

A desinformação, por sua vez, é o tema do momento. Os jovens diriam hypado. Em nenhuma eleição anterior, o que venho chamando de drama da retirada do post ofensivo foi tão premente. Isso se dá porque a capacidade de viralização de uma informação imprecisa nas redes se dá numa velocidade gigante; você piscou e a informação viralizou. Isso na quadra da desinformação pode trazer prejuízos irreversíveis às candidaturas.

Importa destacar também que o timing de lavratura das decisões judiciais e de cumprimento das decisões de retirada de post ofensivo do ar foi o mais célere dos últimos ciclos eleitorais, com especial mérito para a Justiça Eleitoral.

Por fim, nas eleições do protagonismo da internet e com o eleitor no jogo, temas como Nossa Senhora Aparecida tiveram mais exposição do que muitos temas econômicos centrais para o país.

120 anos não podem ser o nosso prazo



» BRUNA ANCHESCHI
Mestre em RH e gestão do
Conhecimento, gerente de
Marketing da AASP, membra
do Comitê de Diversidade do
Insper e do Instituto Elas

A desigualdade entre homens e mulheres talvez seja uma das contradições mais persistentes do nosso tempo. O mundo nunca esteve tão perto da paridade de gênero e, ainda assim, mantido o ritmo atual de avanço, serão necessários 120 anos para alcançá-la, o que significa que uma menina nascida hoje não viverá em um mundo com paridade de gênero.

A estimativa é do Global Gender Gap Report 2026, do Fórum Econômico Mundial. O índice mostra que o mundo percorreu 69,2% da distância até a paridade entre homens e mulheres. Em relação ao ano anterior, o avanço foi de apenas 0,4 ponto percentual. Em duas décadas, considerando os países acompanhados continuamente pelo levantamento, o progresso foi de 5,2 pontos.

O dado mais revelador, porém, talvez esteja naquilo que acontece quando se observa onde a desigualdade permanece. Quando falamos em participação econômica e oportunidades, o índice cai para 61,7%. No empoderamento político, despenca para 22,1%. Mantido o ritmo histórico, seriam necessários 129 anos para alcançar a paridade econômica e 194 anos para a política.

O Brasil reproduz esse paradoxo de maneira particularmente evidente. O país ocupa a 72ª posição entre 145 economias, com índice geral de 71,5%, e alcançou a paridade educacional. Mas a igualdade começa a se desfazer justamente no caminho que leva da formação à renda, à liderança e aos espaços de decisão.

A paridade na renda estimada é de apenas 62,2%, com o relatório mostrando renda anual de US\$ 15,13 mil para mulheres, ante US\$ 24,33 mil para homens. No Parlamento, elas ocupam somente 17,15% das cadeiras, e o Brasil aparece na 112ª posição nesse indicador. No empoderamento político, a paridade brasileira é de apenas 21,8%.

Não parece ser, portanto, apenas uma questão de preparar mulheres para chegar lá. É também uma questão de compreender o que acontece quando elas chegam à porta do poder.

Um levantamento do Instituto Update analisou os programas de 12 candidaturas à Presidência do Brasil e identificou propostas dirigidas às mulheres em diferentes campos políticos. A maior concentração está em violência, saúde e cuidado. Participação política, presença feminina nos espaços de poder, segurança no ambiente público e autonomia quase não aparecem.

A conclusão do estudo merece atenção: as mulheres aparecem mais como destinatárias de políticas do que como participantes do poder. Na pesquisa Mulheres em Diálogo, 72% das entrevistadas concordaram plenamente com o aumento da representação feminina em cargos políticos. Apesar disso, dos programas analisados, apenas um apresentou proposta específica para a participação político-eleitoral feminina. Quando o critério é ampliado para liderança e espaços de decisão, um segundo programa passa a contemplar o tema.

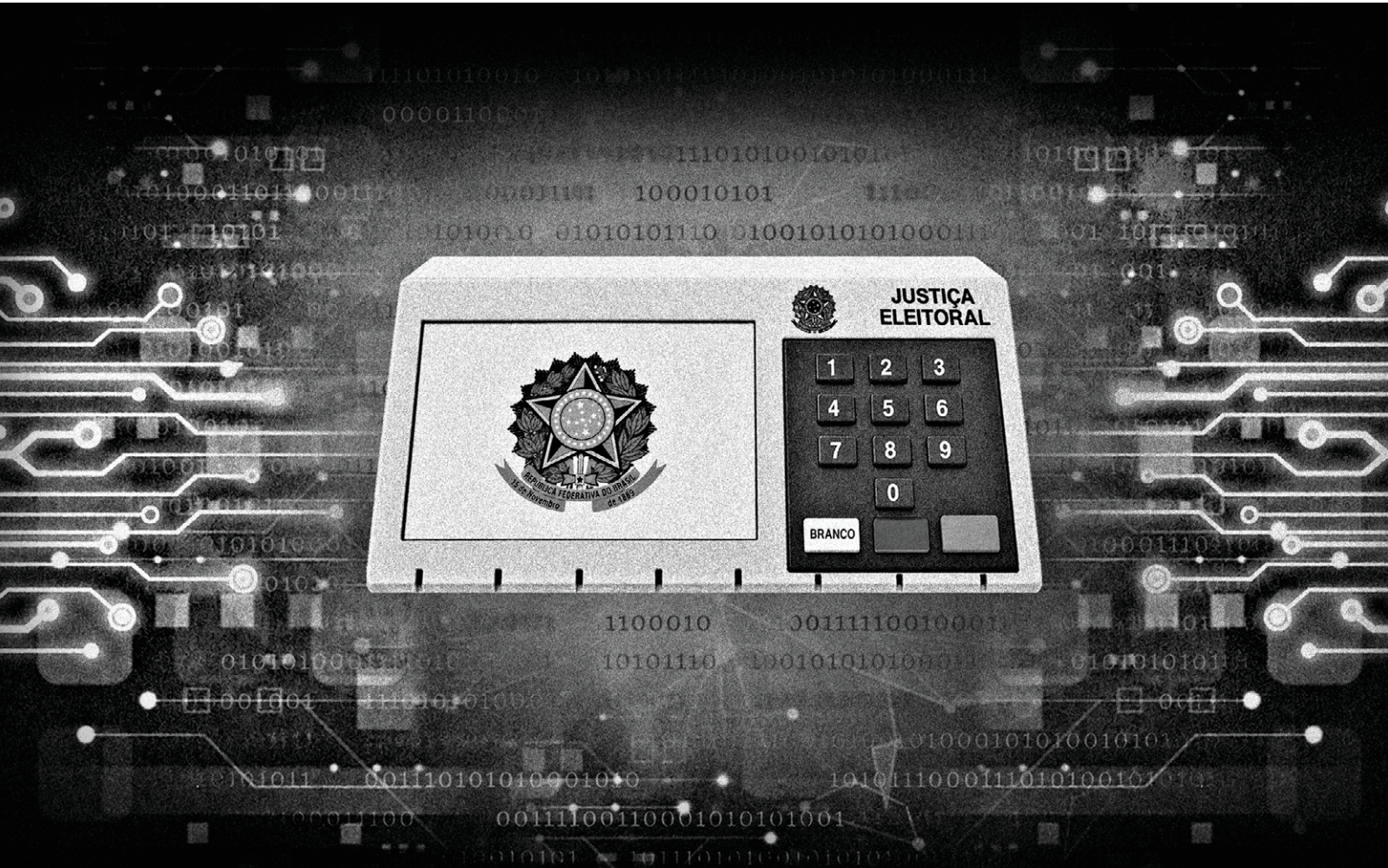
Há uma diferença importante entre formular políticas para mulheres e construir políticas com mulheres participando das decisões. Saúde, cuidado e enfrentamento à violência são questões fundamentais. Mas igualdade também significa reconhecer mulheres como formuladoras de respostas para segurança, economia, tecnologia, Justiça e tantos outros assuntos que determinam os rumos de um país.

A inteligência artificial é um novo elemento que torna essa discussão ainda mais complexa. A tecnologia que amplia possibilidades de produção, conhecimento e participação também pode ampliar desigualdades existentes. Deepfakes, imagens manipuladas e conteúdos abusivos podem ser produzidos e disseminados em escala, criando outras formas de violência e intimidação no espaço público, além de desinformação de gênero. O desafio não está apenas em ampliar a presença feminina nos lugares de decisão, mas em garantir condições para que mulheres possam ocupá-los e permanecer neles.

Ao abrir o debate geral da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres colocou desigualdade e inteligência artificial entre os grandes desafios relacionados à forma como o poder é exercido no mundo. Ao tratar especificamente da desigualdade de gênero, anunciou que, pela primeira vez, a ONU alcançou paridade entre homens e mulheres na alta liderança, nas sedes da organização e em seu quadro profissional.

O resultado, segundo Guterres, veio da remoção de barreiras e do questionamento de pressupostos históricos sobre quem deveria ocupar posições de poder. E ele resumiu a experiência em uma frase que merece ultrapassar as paredes das Nações Unidas: “igualdade não é um sonho; é uma decisão”. Talvez esteja aí a questão central. Depois de décadas discutindo diversidade, já sabemos que representatividade importa. Mas contar quantas mulheres chegaram não basta. É preciso olhar para quem decide, quem lidera, quem recebe as oportunidades, quem participa da construção das soluções e quais barreiras continuam funcionando mesmo quando parecem invisíveis.

Os 120 anos projetados pelo Fórum Econômico Mundial não são uma sentença. São uma projeção baseada na velocidade com que estamos avançando. E velocidade também é uma escolha.



Um Supremo recado



» CARLOS ANDRÉ MACHADO
Diretor da Opinião — Inteligência
Política e pesquisador de opinião

Urna foi a porta-voz do eleitor. As urnas falaram, e precisamos ouvir o claro recado que emana delas. E o recado, desta vez, veio em letras grandes: o Brasil girou à direita — e fez isso respondendo a algo mais profundo do que a simples disputa entre dois nomes para o Planalto.

Começemos pela surpresa que abre os jornais de hoje. Lula liderou quase todas as pesquisas da campanha, mês após mês, com folga que chegou a oito pontos em setembro. Na urna, ficou em segundo: cerca de 45% contra 47% de Flávio Bolsonaro, uma diferença de mais de 2 milhões de votos. Ninguém passou de 50%, então o país vai a segundo turno — e Flávio chega favorito. Pesquisa não erra à toa: o que houve foi um movimento de última hora do eleitor indeciso e do voto útil dos candidatos menores, que as médias de outubro já vinham captando e que a urna confirmou com força.

Mas é no Senado que o recado fica inequívoco, e é dele que quero falar. Foram 54 cadeiras em disputa neste domingo, dois terços de uma Casa cujo mandato dura oito anos e atravessa governos. E o campo de centro e centro-direita — PL, MDB, PP, Republicanos, União, PSD, Podemos e Novo — está levando cerca de três em cada quatro vagas. Não é maioria simples. É hegemonia.

Os detalhes contam a história melhor do que a média nacional. No Distrito Federal, as duas vagas foram para o PL: Michelle Bolsonaro e Bia Kicis superaram com folga Leila do Vôlei e Erika Kokay. No Rio de Janeiro e em Santa Catarina, o mesmo roteiro se repetiu — dobradinha do PL, com Carlos Bolsonaro eleito senador catarinense. Em São Paulo, a ministra Marina Silva terminou em terceiro lugar. No Paraná, Gleisi Hoffmann, ex-presidente nacional do PT, amargou a quarta colocação. No Amapá, Randolfe Rodrigues, peça-chave do governo no Senado, perdeu a reeleição. Não é um resultado disperso: é um padrão que se repete de Norte a Sul — e que se soma aos 27 senadores eleitos em 2022, que seguem no cargo e, somados aos novos, devem consolidar uma Casa com maioria nitidamente mais à direita do que a atual.

E por que justamente o Senado carrega esse peso simbólico? Porque esta não foi uma eleição comum entre governo e oposição. Foi uma eleição disputada sob a sombra de um Supremo Tribunal Federal

(STF) em crise aberta — com ministros sob suspeita no escândalo do Banco Master, com decisões monocráticas que legislam no lugar do Congresso, e com sabatinas que, na prática, viraram cerimônia protocolar de aprovação certa. Dias antes do pleito, o TSE ainda alterou às pressas as regras do último debate presidencial, dando a impressão de que ajudava um dos lados desta disputa. Nada disso passou em branco. O eleitor mais atento sabia, além de tudo, que o próximo presidente poderá indicar até quatro novos ministros à Corte — e votou pensando nisso.

É o Senado quem sabatina indicações e, se necessário, processa e julga ministros do Supremo. Entregar a ele uma maioria de centro-direita tão larga não é acidente de percurso: é blindagem deliberada. É o eleitor dizendo, com todas as letras da urna, que quer um Congresso disposto a colocar freio onde o freio desapareceu.

Por isso, o título “Um Supremo recado”. Supremo no sentido coloquial, de mensagem forte e definitiva. E Supremo porque mira direto no tribunal que dá nome à crise. As urnas não apenas elegeram um Congresso mais à direita: elas cobraram satisfação de uma Corte que, para uma parcela relevante do eleitorado, deixou de arbitrar o jogo institucional para jogá-lo ela mesma. Os 54 senadores que tomam posse em fevereiro carregam esse recado nas costas. Resta saber se terão a coragem de escutá-lo.